

RESOLUÇÃO CONFE N.º 268 de 23 de novembro de 2005

DISPÕE SOBRE O VALOR DA ANUIDADE, TAXAS E MULTAS DEVIDAS AOS CONSELHOS REGIONAIS DE ESTATÍSTICA PARA O EXERCÍCIO DE 2006

O CONSELHO FEDERAL DE ESTATÍSTICA, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a obrigatoriedade do pagamento da anuidade devida pela pessoa física ou jurídica ao CONSELHO REGIONAL DE ESTATÍSTICA a partir da obtenção do Registro Profissional conforme Decreto n.º 62.497, de 1º de abril de 1968;

CONSIDERANDO que os Conselhos de Estatística – Federal e Regionais formam uma organização nítida e unicamente federativa, estando os Conselhos Regionais de Estatística subordinados ao Conselho Federal de Estatística conforme Decreto n.º 62.497, de 1º de abril de 1968;

CONSIDERANDO que o Conselho Federal de Estatística é o coordenador e centro do sistema CONFE – CONRE's, aplicando-se-lhe a competência dos poderes implícitos;

CONSIDERANDO que as entidades criadas por lei com atribuições de fiscalização do exercício de profissões liberais, que sejam mantidas com recursos próprios e não recebem subvenções ou transferências à conta do orçamento da União, regular-se-ão pela respectiva legislação específica, não se lhes aplicando as normas legais e demais disposições de caráter geral, relativas à administração interna das autarquias federais;

RESOLVE :

Art.1º - A data limite para pagamento da anuidade de 2006, é 31 de março.

Art.2º – Os valores da anuidade, taxas e multas devidas aos Conselhos Regionais de Estatística, pelos inscritos (Pessoas Físicas e Jurídicas), para o exercício do ano de 2006, são os constantes dos anexos, identificados como **Tabela de Pessoa Física (ANEXO I), e, **Tabela de Pessoa Jurídica** (ANEXO II), desta Resolução.**

Art.3º - O valor da anuidade de 2006 para Pessoa Jurídica, deverá ser determinado conforme **ANEXO II**, considerando-se seu capital social, constante do Contrato Social, atual, registrado na Junta Comercial do Estado.

Art.4º - O desconto sobre o valor da anuidade poderá ser concedido, se o pagamento for realizado antecipadamente, ou seja, **antes da data limite de 31.03.2006**, conforme quadro abaixo:

Pessoa física	Data de pagamento	Pessoa jurídica
10% (dez por cento)	Até 31.01.2006	8% (oito por cento)
6% (seis por cento)	Até 28.02.2006	4% (quatro por cento)
A 3% (três por cento)	Até 31.03.2006	2% (dois por cento)

rt.5º - Os acréscimos sobre o valor da anuidade ocorrerão, se o pagamento for realizado **após a data limite de 31.03.2006**, conforme quadro abaixo:

Pessoa física	Acréscimos	Pessoa jurídica
2% (dois por cento)	Multa	2% (dois por cento)
1% ao mês	Juros	1% ao mês

Nota: os percentuais de **MULTA** e **JUROS** deverão ser calculados, sobre o valor da anuidade, de forma independente, para determinação do valor total da anuidade a ser pago.

Art.6º - O pagamento da anuidade deverá ser realizado pelo inscrito, **de uma única vez**, a favor do CONRE – Conselho Regional de Estatística, em que possuir domicílio.

1º - excepcionalmente, o CONRE, desde que receba solicitação do interessado ou seu representante legal, poderá conceder o parcelamento para pagamento da anuidade.

2º - a solicitação de parcelamento deverá ser apresentada ao CONRE que mantiver o registro.

3º - o parcelamento, poderá ser concedido em qualquer época, em parcelas mensais, com valor mínimo de R\$ 60,00 (sessenta reais) por parcela.

4º - concedido o parcelamento, deverá ser acrescido ao valor de cada parcela, R\$ 6,00 (seis reais), equivalente ao custo de cada parcela para o sistema.

Art.7º - o pagamento da anuidade deverá ser realizado pelo inscrito, **até a data limite de 31.03.2006**, para todas as inscrições que possuir.

1º - O inscrito, Pessoa Física ou Jurídica, poderá ter inscrição em vários Conselhos Regionais.

2º - INSCRIÇÃO PRINCIPAL, é considerada a primeira ou a mais antiga, em cuja jurisdição possuir domicílio; as demais serão consideradas **INSCRIÇÕES SECUNDÁRIAS**.

3º - O pagamento da anuidade correspondente à **INSCRIÇÃO PRINCIPAL**, deverá ser feito a favor do Conselho Regional em que possuir a primeira ou a mais antiga inscrição.

4º - os inscritos que possuírem atuação em jurisdição de outro CONRE – Conselho Regional de Estatística, deverão pagar valor correspondente à inscrição de registro, denominada **INSCRIÇÃO SECUNDÁRIA**, a favor de cada CONRE – Conselho Regional de Estatística, que abrigar a jurisdição de sua respectiva atuação.

5º - O valor da **INSCRIÇÃO SECUNDÁRIA** a ser pago pelo inscrito, não excederá a metade do que for estabelecido para a inscrição principal.

Art.8º - O valor a ser pago por aqueles que estiverem se registrando no decorrer do exercício de 2006, Pessoa Física ou Jurídica, referente à anuidade de 2006, deverá ser determinado em função dos duodécimos vincendos do exercício.

Art.9º - Poderá ser concedida redução pelo CONRE, nos valores a pagar, àqueles que estiverem se registrando durante o exercício de 2006, desde que sua situação econômico-financeira o possibilite, e, amparado em decisão plenária, cujos critérios deverão ser homologados pelo CONFE, conforme quadro abaixo:

Reduções Admitidas	Limite da redução	Beneficiários	Observações
no valor da anuidade quando do 1º registro	Até 50%	todos	Condicionado à comprovação da inexistência de renda para pagamento do valor integral
no valor da anuidade quando da inscrição secundária	Até 50%	Pessoa Jurídica	O capital social não pode ser superior a R\$ 10.000,00 além de não poder ter mais que três titulares/sócios e colaboradores

Parágrafo único: A resolução do CONRE que disciplinar este artigo deverá ser encaminhada ao CONFE, a quem compete apreciação e homologação na primeira reunião plenária subsequente ao seu recebimento.

Art.10º - Para àqueles que estiverem se registrando no decorrer do exercício de 2006, deverá ser exigido, sempre que a situação apresentada exigir, a comprovação de inatividade / não geração de renda com atividades pertinentes às Ciências Estatísticas, sem o necessário registro, para análise e determinação da aplicação ou não de multa pelo registro fora do prazo.

Parágrafo único: excepcionalmente, as pessoas físicas poderão apresentar declaração de próprio punho, afirmando não ter exercido a profissão ou não ter-se beneficiado da formação acadêmica antes da solicitação do registro profissional.

Art.11º - As anuidades, assim como todas as taxas e multas, deverão ser pagas a favor do CONRE, que deverá possuir conta em agência de sua conveniência, no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal.

1º - o CONFE possui no **BANCO DO BRASIL** a conta nº 152.010-5 na agência 392-1, Cinelândia, Rio de Janeiro, e não possui conta na **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**.

2º - o Conselho de Estatística da 1ª Região, por ser o único do sistema que ainda não tem implantada a transferência automática da cota-parte do CONFE, devesse formalizar o necessário entendimento com o Banco do Brasil, através das respectivas agências que possuírem conta corrente, objetivando adotar, no menor tempo possível, a transferência automática para a conta do CONFE, da cota-parte que lhe cabe na receita destes Conselhos Regionais de Estatística.

Art.12º - Para os pagamentos a serem realizados no Banco do Brasil, os CONRE's **deverão utilizar formulários próprios, fornecidos pelo Banco do Brasil, decorrente da carteira 16 / 19**, garantindo-se desta forma a melhor eficiência da ação de cobrança, e por extensão, a correspondente transferência, de forma automática, do numerário pertencente ao CONFE, para sua conta, também existente no Banco do Brasil.

1º - necessário certificarem-se de que está em uso a carteira 016/19;

2º - necessário certificarem-se de que a conta e a agência deste CONFE está corretamente identificada na agência do Banco do Brasil em que o CONRE possui conta;

3º - necessário certificarem-se que a retenção e a transferência da cota parte deste CONFE estão sendo realizadas corretamente;

4º - prudente, evitar-se os pagamentos realizados através transferência de valor entre contas bancárias, pois estes implicam em dificuldades para o CONRE na identificação do autor da transferência e do pagamento realizado, aliado ao prejuízo imposto ao CONFE, em decorrência da não transferência da sua cota parte, de forma automática, para sua conta corrente.

Art.13º - Nenhum recebimento de valor pertencente ao sistema CONFE-CONRE's deverá ser realizado pela secretaria dos CONRE's.

Parágrafo único: Excepcionalmente, se houver recebimento, este deverá ser realizado através cheque nominal, de emissão do inscrito, a favor do CONRE, que o apresentará ao Banco do Brasil, juntamente com o boleto de pagamento emitido pelo CONRE, contendo de forma explícita a carteira 016/19, para pagamento de valores nele contidos, a favor do emitente do cheque, garantindo-se desta forma, o crédito par o CONFÉ.

Art.14º - As anuidades não pagas, de qualquer exercício anterior, 2005 inclusive, à época de seu efetivo pagamento, deverão ter seu valor atualizado considerando-se as correspondentes resoluções emitidas para a anuidade a ser paga.

Parágrafo único: o parcelamento se desejado, poderá ser concedido conforme quadro abaixo:

número de anuidades vencidas	procedimentos
Até duas, inclusive	amparar-se no parágrafo único do Art.6º desta.
Três ou mais	Limitar o numero de parcelas em oito (8), sendo cada uma no valor mínimo de R\$ 80,00 (oitenta reais), com o adicional de R\$ 6,00 (seis reais), por parcela, como custo da cobrança.

Art. 15º - O inscrito poderá solicitar baixa do seu registro, obtendo-a, desde que esteja com todas as suas anuidades em dia, inclusive com a referente ao exercício de 2006, cujo valor a ser pago será, proporcional, ao número de meses decorridos, se requerida até 31 de março, e, integral, se requerida após esta data.

Art.16º - Para as situações de **reativação do registro**, satisfeitas as exigências vigentes, o valor a ser pago correspondente à anuidade de 2006, deverá ser determinado em função da aplicação dos duodécimos vincendos do exercício sobre os valores constantes dos **ANEXOS I e II** da presente.

Art.17º - A multa aplicada por infração à Legislação da Profissão de Estatístico, será agravada nos casos de reincidência e serão aplicadas no grau máximo, quando os infratores condenados por decisão transitada em julgado, vierem a violar os dispositivos da norma profissional.

Art.18º – Quando notificado, deverá ser concedido ao autuado, prazo para pagamento da multa, não superior a 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão da notificação; se o débito não for saldado no prazo estabelecido, ao valor original da multa deverá ser acrescido dois por cento (2%), e, posteriormente acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, para a determinação do valor a ser pago.

Art.19º – Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro do ano de 2006.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2005.

Nelson Reis Raso
Presidente do CONFE

Esta Resolução foi aprovada na reunião plenária de n.º 1281 realizada no dia 23 de novembro de 2005.

- ANEXO I -
Tabela de Pessoa Física

ELEMENTOS	VALOR EM REAL
I. Anuidades	

I.1. Integral do Estatístico	R\$ 184,00
I.1.1. Pagamento antecipado	
I.1.1.1. até 31.01.2006 (desconto 10 %)	R\$ 165,60
I.1.1.2. até 28.02.2006 (desconto 6 %)	R\$ 172,95
I.1.1.3. até 31.03.2006 (desconto 3 %)	R\$ 178,50
I.2. Integral do Técnico	R\$ 92,00
I.2.1. Pagamento antecipado	
I.2.1.1. até 31.01.2006 (desconto 10 %)	R\$ 82,80
I.2.1.2. até 28.02.2006 (desconto 6 %)	R\$ 86,50
I.2.1.3. até 31.03.2006 (desconto 3 %)	R\$ 89,25
II. Taxas para o Estatístico	
II.1. Registro – Provisório ou Definitivo	R\$ 63,00
II.2. Cédula de Identidade (inclusive 2 ^a via)	R\$ 50,00
II.3. Certidão – Processo de Licitação	R\$ 84,00
II.4. Certidão – Demais	R\$ 42,00
III. Taxas para o Técnico	
III.1. Registro – Provisório ou Definitivo	R\$ 31,50
III.2. Carteira de Identidade (inclusive 2 ^a via)	R\$ 21,00
III.3. Cédula de Identidade Plastificável (inclusive 2 ^a via)	R\$ 26,50
III.4. Certidões em Geral	R\$ 42,00
IV. Multas	
IV.1. registro fora do prazo	R\$ 184,00
IV.2. demais – valor mínimo	R\$ 280,00
IV.3. demais – valor máximo	R\$ 2.800,00

- ANEXO II -

Tabela de Pessoa Jurídica

ELEMENTOS	VALOR EM REAL
I. Anuidade em função do Capital Social	
I.1. até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)	R\$ 262,50
I.2. acima de R\$ 5.000,00 e até R\$ 10.000,00	R\$ 472,50
I.3. acima de R\$ 10.000,00 e até R\$ 50.000,00	R\$ 682,50
I.4. acima de R\$ 50.000,00 e até R\$ 100.000,00	R\$ 840,00
I.5. acima de R\$ 100.000,00 e até R\$ 200.000,00	R\$ 1.260,00
I.6. acima de R\$ 200.000,00 e até R\$ 500.000,00	R\$ 1.417,50
I.7. acima de R\$ 500.000,00 de Capital Social	R\$ 1.575,00
II. Percentual de desconto para pagamento antecipado	
II.1. até 31.01.2006 – desconto 8 % (oito por cento)	A determinar
II.2. até 28.02.2006 – desconto 4 % (quatro por cento)	A determinar
II.3. até 31.03.2006 – desconto 2 % (dois por cento)	A determinar
III. Taxas	
III.1. Registro em função do Capital Social	
III.1.1. até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)	R\$ 157,50
III.1.2. acima de R\$ 5.000,00 e até R\$ 10.000,00	R\$ 262,50
III.1.3. acima de R\$ 10.000,00 e até R\$ 50.000,00	R\$ 367,50
III.1.4. acima de R\$ 50.000,00 e até R\$ 100.000,00	R\$ 525,00
III.1.5. acima de R\$ 100.000,00 e até R\$ 200.000,00	R\$ 787,50
III.1.6. acima de R\$ 200.000,00 e até R\$ 500.000,00	R\$ 1.050,00
III.1.7. acima de R\$ 500.000,00 de Capital Social	R\$ 1.365,00
III.2. Certidões	
III.2.1. Processo de Licitação	R\$ 126,00
III.2.2. Demais	R\$ 63,00
IV. Multas	
IV.1. registro fora do prazo	R\$ 525,00
IV.2. demais – valor mínimo	R\$ 336,00
IV.3. demais – valor máximo	R\$ 9.450,00